

# A FINANCEIRIZAÇÃO E A ERA DAS CRISES NO CAPITALISMO

Filipe Possa FERREIRA<sup>1</sup>

## Resumo

O debate neste trabalho tem o objetivo de apresentar as facetas do que pode ser chamado como a era das crises no capitalismo através do fenômeno supremo do capital, a financeirização. O apogeu financeiro representado, mesmo em fração, pela crise financeira de 2008 e suas consequências, representou o início de uma era na qual as forças contemporâneas do capital financeiro dominam todas as outras esferas econômicas, sociais e políticas. No sentido em que Karl Marx introduziu e Rudolph Hilferding aprimorou o capital financeiro se encontra maximizado em todas as formas e agentes. A reprodução desse “novo” padrão se dá através da expansão contínua e desenfreada da financeirização, representando um sistema cada vez mais instável, incerto e destrutivo.

Palavras-chave: Financeirização; Capitalismo; Capital Financeiro.

## Abstract

The debate enhanced in this article aims to present the different faces of a new crisis era in capitalism through its supreme phenomenon, the financialization. The financial apogee represented, even for just a fraction, for the 2008 financial crisis and its consequences, symbolize the beginning of a era which the contemporary forces of finance capital overrule the economics, socials and politics spheres. In the sense of Karl Marx introduces, and Rudolph Hilferding improves, the finance capital is maximized in all capital forms and agents. The reproduction of this “new” standard in capitalism is through the continuous and unleash expansion of financialization, representing a increasingly instable, uncertain and destructive system.

Key-words: Financialization; Capitalism; Finance Capital.

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia Internacional pela Université Paris 13 – Nord, e doutorando em Ciências Econômicas do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). As opiniões e visões apresentadas são de inteira responsabilidade do autor.

## Introdução

O capitalismo contemporâneo não possui precedentes na história em relação a sua complexidade, capilaridade e escala. As suas expressões através das formas concretas e fictícias do capital estão interligadas pelos diversos agentes econômicos que navegam por elas. Capital mercantil, capital à juros, capital fictício e capital derivativo<sup>2</sup> passam a ser receptáculos da riqueza e de sua rentabilidade, e, para tanto, são servidos pelos diversos e complexos sistemas financeiros globalizados que promovem a alocação da riqueza de forma supostamente eficiente. Em nome da concorrência intercapitalista os mais diversos canais de transmissão dos receptáculos de riqueza se confrontam em nome da rentabilidade e acumulação. A diversificação dos sistemas financeiros e de sua enorme capacidade global é uma das consequências do desenvolvimento das expressões da financeirização no capitalismo contemporâneo, alvo de entendimento nessa breve tentativa de problematizar o padrão real capitalista contemporâneo.

A financeirização pode ser considerada, em sua forma mais ampla, um fenômeno da expressão máxima do capitalismo em relação as diferentes formas do capital. Segundo Braga (1985), “a financeirização é um padrão sistêmico de riqueza”, e seu caráter sistêmico é justamente o entendimento de não ser mais apenas uma escolha dos agentes partícipes do mercado, mas a regra do jogo; a palavra padrão reforça esse caráter de regra. Ainda de acordo com o mesmo autor: “a valorização e a concorrência operam sob a dominância da lógica financeira” (Ibid., 1985). O caráter lógico-histórico do fenômeno é compreendido através da intuição e investigação dos processos capitalistas dos diversos agentes econômicos. Não mais pode se negar a participação cada vez maior, e sistêmica, de famílias, empresas e Estados, no jogo das finanças. Sendo os canais específicos, mas não exclusivos de cada extrato da sociedade, os fundos de pensão, o mercado de ações, derivativos e dívidas das empresas, bem como o endividamento público e crônico da grande maioria dos Estados capitalistas no mundo.

Compreendido que o capitalismo se situa num momento histórico e lógico, apesar das divergências de conceito mesmo junto daqueles que compartilham da visão problemática da financeirização no capitalismo. O artigo se estende no que ousou chamar de era das crises do capitalismo. Essa era é um resultado da convergência entre a hegemonia financeira expressa através do capital financeiro de Hilferding (1985) e o estado de ruptura da rentabilização e centralização do capital produtivo. Em termos marxistas, o capital é o limite de si mesmo, ao passo que ele é uma contradição no processo e na dinâmica; e a aproximação desse limite é convencionado aqui, como o início da era das crises. Ao passo que essa era é o início de uma alta concentração das contradições e expressões capitalista exacerbadas, o questionamento que se coloca é a capacidade do sistema,

---

<sup>2</sup> Para um entendimento do que seria a forma capital derivativo, ler : Carneiro, Rossi, Mello e Chiliatto-Leite (2015)

novamente, de se renovar. Ou, por outro lado, se as forças que corroboram com o padrão conseguirão superá-lo.

O artigo presente se divide, além dessa breve introdução, de uma parte em que se discorre sobre as diversas visões sobre a financeirização e seus principais expoentes; a terceira parte discorre sobre o que pode ser chamado de era das crises e o imbricamento das contradições no apogeu financeiro; ao passo que a penúltima parte discorre sobre os impactos nos diversos extratos sociais, políticos e econômicos do atual padrão capitalista, parte esta que antecede as considerações finais.

### **Uma sugestão de tipologia da financeirização**

Financeirização. *SM (substantivo masculino): processo de financeirizar-se, a financeirização da riqueza dá-se em velocidade superior à expansão mundial da produção e do comércio.* Essa definição direta, uma das poucas existentes do termo, está no Dicionário UNESP do Português Contemporâneo (Borba e Longo, 2005). Financeirizar-se é o ato de se financiar, o que de acordo com Cunha (2010), do ponto de vista etimológico, pode ser interpretado como o ato de por fim a uma dívida, em outras palavras, quitar uma dívida. A palavra finanças é derivada do francês medieval *finance*, que por sua vez deriva do Latim *finis*, que significa: “fronteira, limite, fim...” (Cunha, 2010).

Esse conceito de financeirização infelizmente não é suficiente para sua completa compreensão. Haveria gratidão de todas as partes se os significados das palavras e expressões pudessem ser facilmente encontrados em dicionários, ou entendidos usando da etimologia para esse fim. A essência da comunicação vai além do simples significado, pois envolve a compreensão de fatos e teorias, socialmente aceitáveis, que estão representados pela palavra ou expressão. Financeirização é um desses casos em que é necessário um estudo minucioso e cuidadoso sobre seu significado. Na essência, esse será o mote desta parte do artigo.

Diversos autores já usaram a expressão financeirização para designar um aspecto particular (ou geral) do capitalismo. O significado dado pelo dicionário é justamente um desses aspectos particulares. Do ponto de vista econômico, a significado do dicionário simplesmente considera a financeirização como uma particular escolha de portfólios dentre os detentores de riqueza. Em outras palavras, a riqueza capitalista está se tornando mais rapidamente financeirizada, do que a expansão da produção e do comércio mundial; a ideia de apenas ser um acirramento concorrencial entre setores é insuficiente para o entendimento do todo.

As visões que serão apresentadas nos próximos parágrafos possuem divergências claras sobre o conceito, o que serve de base e argumento para o exercício da tipologia. Entretanto, algumas convergências são facilmente apontadas e desde já cabe elenca-las. Primeiramente é fato que todas as visões consideram o fenômeno como deletério ao sistema capitalista. Em segundo lugar, todas possuem claramente o entendimento que o fenômeno é uma junção entre o desenvolvimento histórico,

lógico, político e social do sistema. Sendo que, portanto, suas diferenças estão no peso em que dão e a forma que compreendem o impacto de cada na sociedade capitalista. Por fim, as visões também se convergem na tentativa de compreender o capitalismo contemporâneo, e, mesmo que algumas mais efusivas que outras, apontarem para uma saída.

O exercício de organização do debate ao redor da financeirização não é inédita. Epstein (2005) fez a organização de um livro que ficou relativamente conhecido chamado, justamente, *Financialization and the World Economy*. O objetivo era organizar a opinião de diversos autores ao redor do tema e de suas diversas expressões. Segundo Epstein a melhor definição para a financeirização é a de Krippner (2004), onde a financeirização pode ser definida como um padrão de acumulação na qual o lucro ocorre cada vez mais através dos canais financeiros, do que pelo canal produtivo e suas trocas. Indubitavelmente o conceito de financeirização que compara o setor financeiro e o setor real é o mais usualmente aceitável como *standard* na sua definição. A própria definição do dicionário é bem próxima da Krippner. Essa definição tem como centralidade a clara separação entre as esferas financeira e real no capitalismo, por isso denominamos esses autores de **estruturalistas**.

Os chamados estruturalistas analisam a financeirização como um fenômeno em que foram modificadas, através do desenvolvimento do capital e das forças que o movem (político e econômico), as bases fundamentais de acumulação e rentabilidade da riqueza capitalista. Estes consideram que os agentes capitalistas escolhem suas formas de rentabilização levada pela estrutura que os engloba. Epstein (2005), por exemplo, define financeirização como: “...para nós, financeirização significa o aumento do papel dos motivos financeiros, mercados financeiros, atores financeiros e instituições financeiras na operação das economias domésticas e internacionais.<sup>3</sup>”. Stockhammer (2012) e Palley (2007) apontam para a mesma dicotomia entre o setor real e setor financeiro. E ambos creditam às políticas liberalizantes e desregulamentares um papel chave na formação do que eles chamam de financeirização. Nesse contexto a financeirização é um movimento de agentes de um determinado setor, necessariamente, se sobrepondo a outros setores, como produção ou comércio, através de movimentos estruturais. Em outras palavras, foi a transformação das estruturas políticas e econômicas que dividiram os agentes capitalistas e fez florescer a financeirização. Esse conceito, no entendimento aqui apresentado, além de excessivamente amplo é superficial, e carece de bases teóricas profundas sobre o funcionamento do capitalismo.

Arrighi (1994) é um trabalho constantemente citado pelos estruturalistas quando se discute pioneirismo sobre o conceito da financeirização. Entretanto, na compreensão deste artigo, o termo de Arrighi é mais profundo e se distancia de seus citadores. O termo de Arrighi pode ser definido como

---

<sup>3</sup> Epstein (2005) : “...for us, financialization means the increasing role of financial motives, financial markets, financial actors and financial institutions in the operation of the domestic and international economies.”

mais histórico e sociológico que o dos estruturalistas ao se apoiar, entre outros, no trabalho de Braudel. Segundo A expansão financeira é um sintoma de amadurecimento do sistema capitalista (Arrighi, 1994). Em seu livro “The Long Twentieth Century” o autor cita outros momentos em que a financeirização foi percebida no capitalismo, como na Holanda, o que ficou comumente conhecido como a “doença holandesa”, ou mesmo no desenvolvimento da oligarquia bancária italiana em Genova. Essa mesma menção pode ser encontrada em Guillén (2014), apesar desse último negar a separação de setores, como defendem os estruturalistas.

Uma outra via que deve ser considerada, e definidamente única no conceito de financeirização, é a **política-regulacionista**. O maior representante dessa corrente é François Chesnais, tendo inúmeros trabalhos em que o autor marca posição ao redor do tema financeirização, e o que ele próprio cunhou, a mundialização financeira. Para os políticos-regulacionistas a financeirização é uma expressão majoritariamente de cunho liberal do capitalismo. O fenômeno é o movimento do regime de acumulação financeira, sendo este considerado uma etapa particular do estágio do imperialismo; ou seja, há uma compreensão por parte desse grupo em que há uma tentativa de dominação de poder interna e externa expressa pelo capital financeiro (Chesnais, 2003). Existe um movimento de domínio nas relações entre as finanças e os demais setores (Estado, indústria e famílias) o que caracteriza a hegemonia dos mercados sob a leniência dos Bancos Centrais (Órlean, 2000). Os lucros das famílias e das empresas foram dominados pelas finanças (ou financeirizados), segundo Chesnais (2004).

Apesar de recorrerem necessariamente a história, onde todas as visões, em mais ou menos peso, o fazem. Os políticos-regulacionistas sabem e apontam os grandes culpados pela financeirização, e, sobretudo, sabem as medidas necessárias para sua reversão. Aglietta (2005) teoriza um regime de acumulação patrimonial, sendo o movimento financeirizado dos patrimônios e dos rentistas, uma expressão da financeirização. Já Boyer (2000), Guttman (1994) e Plihon (1994) diretamente apontam para as medidas liberalizantes da década de 70, como por exemplo o fim do sistema de Bretton-Woods e os choques de juros do Volcker como as grandes causadoras da instabilidade capitalista, da expansão das finanças mundializadas e do surgimento de um regime de acumulação financeira. Nas palavras dos autores o capitalismo contemporâneo é um sistema em que as finanças comandam suas ações, o que eles chamam de *finance-led capitalism*. É comum encontrar em seus textos as expressões como “viragem liberal” ou “políticas desregulamentadoras”. Para Guttman (1994) o resultado do capitalismo dominado pelas finanças é a expressão máxima da forma do capital fictício, nos termos de Marx, dominando as ações capitalistas em todos os agentes. Como parte da escola regulacionista francesa, os políticos-regulacionistas acreditam que as forças das instituições multi-laterais como BIS, FMI e Banco Mundial, bem como políticas macroprudenciais

nacionais e regionais voltadas para o controle e regulação do capital financeiro, seriam formas de atenuar as intempéries do capitalismo financeirizado.

Nesvetailova (2013) na tentativa de organizar o conceito sobre financeirização, tal qual o exercício em curso, jogou luz em uma via um pouco distante das demais na qual por convenção chamou-se de **contemporânea**. Os contemporâneos possuem uma visão microeconômica financeira e quantitativa do conceito de financeirização, marcada principalmente pelo desenvolvimento de setores não-financeiros dentro dos mercados financeiros, e do ponto de vista dos interesses dos *shareholders* dentro das firmas. Considera-se ela uma teoria da firma para a financeirização, mesmo que isso seja uma extensão da própria teoria da firma. Froud et al. (2000) tem um trabalho seminal sobre a visão contemporânea e trata, especificamente, sobre a cultura gerencial, a governança, os interesses dos acionistas, a performance da firma e a competição intranacional sob a demanda do capital financeiro. Há um entendimento que a financeirização é o resultado da combinação de um pulsante mercado de controle de empresas negociando o valor justo e o valor de mercado, dentro, especificamente, do mercado acionário dos EUA (Andersson et al. 2008). Ainda do ponto de vista dos contemporâneos, a financeirização também se expressa através da pressão sofrida pelos gestores em extrair cada vez mais valor financeiro das companhias, e, sobretudo, dividi-lo entre os acionistas. Interessante notar que Sefarti (1994) sendo um regulacionista francês, já apontava para o comportamento financeirizado dos gestores dentro dos grandes grupos franceses como um canal desestabilizador do sistema, ao passo que a pressão por valorização acaba por resultar em cada vez mais permissividade aos riscos financeiros. “A obrigatoriedade de resultados que daí resulta conduz os grupos não só a intervir permanentemente nos mercados de câmbio, como também a desenvolver comportamentos especulativos” (Sefarti, 1994).

Os contemporâneos com a visão microeconômica da financeirização discorrem que as consequências de um sistema gerencial voltado apenas ao valor acionário, passa a se tornar problemático ao transformar as fundações das corporações e seu objetivo social e econômico, como o de investir em inovações e sustentar competitividade (Andersson et al. 2008). No fim, os contemporâneos acreditam que a financeirização está liderando as estratégias das companhias no setor não apenas financeiro, como produtivo. Nesse ponto eles se afastam dos estruturalistas ao não verem distinção entre o setor real e financeiro.

A financeirização é o padrão sistêmico da riqueza. É dessa forma que um dos grandes expoentes da financeirização no Brasil começa seu artigo chamado “Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo” Braga (1997). Para além da disputa do pioneirismo sobre o conceito e da alta possibilidade deste autor que vos escreve negligenciar algum grande trabalho sobre a financeirização, foi Braga, em sua tese de doutoramento de 1985, que primeiro usou o conceito de financeirização. Suas grandes inspirações acadêmicas para discorrer

sobre o tema e ampliar o horizonte do conhecimento sobre o funcionamento do capitalismo, foram os trabalhos de Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo. Para tanto, a visão que esses representam da financeirização, no entendimento deste trabalho, é a visão **lógica-histórica**. A lógica advém do modo de ser do sistema capitalismo, ou seja, é parte inerente desse sistema a expressão das finanças através dos mais diversos canais. Já o histórico é um resultado de construções sociais ao redor do capital que resulta no que hoje podemos chamar de capitalismo contemporâneo. Para os autores dessa corrente de pensamento sobre a financeirização, o capitalismo contemporâneo é um conjunto de ações que resultam da própria lógica do capitalismo com a história percorrida em décadas de desenvolvimento das formas do capital.

Essa visão se apoia inteiramente na de Marx e na interpretação de Hilferding sobre o capitalismo. O capital financeiro como as formas parciais da riqueza (industrial e bancária) passa a ser hegemônica no sistema ao passo que é de sua lógica se rentabilizar e acumular através dos diferentes canais. A construção histórica passa a ser a relação dos diversos agentes econômicos com essa lógica capitalista, que levada ao limite, é a expressão máxima do capital financeiro. Belluzzo (2013) é enfático em recusar qualquer determinismo no sistema capitalista, caracterizando o sistema a uma construção social entre o valor e o trabalho, apoiado principalmente em Marx e Lukács. Anterior ao debate de financeirização, o que pode ser realmente datado para a década de 90, Tavares e Belluzzo (1984) se posicionam a frente de seu tempo ao deflagrarem que os preços dos ativos no bojo da crise da dívida brasileira da década de 80, possui um determinante financeiro.

*“Os componentes da equação de preços, que correspondem à valorização estritamente especulativa da riqueza capitalista, estão agora “autonomizados” em relação às condições de valorização produtiva e exprimem o fenômeno peculiar desta crise. As formas de valorização do capital são, portanto, predominantemente especulativas, mas, dada a desorganização do padrão monetário e cambial, não encontram repouso em qualquer ativo particular. O caráter rentista da riqueza capitalista prevalece sobre seu caráter produtivo, fazendo com que uma parte substantiva dos “custos de produção” deva ser estimada com uma enorme margem de segurança. Deste modo, tanto a inflação passada quanto a esperada estão embutidas no cálculo prospectivo, menos pelo lado da noção tradicional de “fluxos de oferta” e muito mais pelo lado dos estoques e valores de capital. Assim, os custos reais primários podem estar caindo (petróleo, matérias-primas, salários) e a inflação poderá estar sendo realimentada pela instabilidade nos elementos de valorização capitalista, o que se expressa através de flutuações bruscas nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, e nas margens separadas ou desejadas de lucro”*

(Tavares e Belluzzo, 1984).

O que está sendo expresso é a forma na qual a inflação dos ativos no Brasil passa a ter um componente financeiro aquém de qualquer relação com o componente produtivo ou comercial. Mas é de se atentar que não há uma tentativa de separar ambos os setores, mas de considerar que nesse sistema capitalista, o capital é autônomo. A autonomização do capital é um entendimento chave no conceito lógico-histórico da financeirização. Braga (1985) recorre constantemente para o que ele convém de chamar de macroestrutura financeira. Esse ambiente no tempo e no espaço passa a ser um setor independente do produtivo e do financeiro de valorização e rentabilização do capital. As manifestações dessa estrutura passam a ser através dos partícipes do mercado de moeda, como: as famílias, empresas e o próprio Estado. No que tange a valorização da riqueza, essa passa a ser financeirizada quando sua definição é o conjunto de ativos moeda-crédito-patrimônio; a sua gestão é feita pela macroestrutura financeira; e a realização se dá na forma dinheiro e ativos financeiros.

Importante se notar que para essa corrente a contradição do sistema capitalista é latente e se expressa através da financeirização. Tavares (1972) e Belluzzo e Coutinho (1998) jogam luz para a exacerbação das contradições capitalistas através da hegemonia financeira. A primeira está particularmente preocupada com a contradição entre a natureza do desenvolvimento econômico e financeiro brasileiro, enquanto os segundos lidam com a contradição no crescimento econômico e na gestão dos ativos financeiros. Os ativos não mais se tornaram um resíduo (poupança em termos keynesianos) mas sim o status de “permanente gestão da riqueza” (Belluzzo e Coutinho, 1998). Essa é a macroestrutura em que no espaço e no tempo serve como receptáculo do capital financeiro.

Prado (2005) foi um dos autores brasileiros que sob o argumento de tipologia criticou algumas visões a cerca da financeirização e marcou posição em relação ao sentido em que se considera mais completo. Para o autor: “...a financeirização indica que o sistema capitalista atingiu a sua realização suprema no curso da história”. Está contido, quase que explicitamente, a relação lógica-histórica da visão do autor, corroborando com a dos citados acima. Além disso, a leitura que se faz de sua visão é que do ponto de vista de Marx o capital financeiro, sendo a expressão máxima das formas parciais do valor, não pode ser, jamais, uma mera distorção da dinâmica capitalista. A financeirização não é apenas uma parte do sistema, ela é o próprio sistema nessa sua construção lógica e histórica exposta contemporaneamente.

### **A era das crises e o apogeu financeiro no capitalismo**

Se Hobsbawn estivesse vivo sem dúvida ele consideraria como título para seu próximo livro, a era das crises. As transformações capitalistas ao longo dos últimos 50 anos colaboram para uma visão lógica e estrutural do sistema em que inquieta o quão as contradições, sempre presentes, estão exacerbadas. A financeirização está presente nas relações de todos os agentes capitalistas, como: famílias, empresas, bancos e Estado. Sendo esse um padrão do sistema capitalista contemporâneo, ao



limite temos um sistema cada vez mais instável, complexo e destrutivo. A expressão máxima do capital, através do capital financeiro, fornece bases para que esse sistema seja cada vez mais resiliente as regulações necessárias. Não é mais possível controlá-lo e regulá-lo como nos trinta gloriosos.

A crise financeira de 2008, sendo um apogeu da hegemonia financeira global, foi uma fração do que é capaz essa forma de convivência econômica e social, entre o capital e os agentes econômicos. A história é contada através dos fatos. Nos anos 90 há uma série de regras que foram modificadas com o argumento da eficiência e a pressão do capital financeiro pelos bancos de investimento de Wall Street; logo os agentes foram as compras. O capital tem por essência a capacidade de criar prosperidade e crescimento, afinal seu valor de uso é criar valor de troca, porém ao mesmo tempo cria as sementes de sua própria destruição; o capital é o limite de si mesmo, ideia presente em Harvey (2013). O capital entra em contradição ao fugir de sua base de valor, o trabalho humano, para então se acumular e rentabilizar em bases cada vez mais frágeis e instáveis e distantes do valor gênese (Belluzzo, 1987). O capital apenas precisa de um ambiente que promova o relacionamento entre os agentes, e na crise financeira de 2008, o escolhido foi o mercado imobiliário.

Minsky (1992) já apontava para o poder do capital em prosperar ao mesmo tempo que crava bases para sua queda. A hipótese de instabilidade financeira de Minsky é o conceito de financeirização do ponto de vista institucional do sistema financeiro. A partir da interpretação de Keynes, Minsky teorizou: “O argumento teórico da hipótese da instabilidade financeira começa pela caracterização da economia capitalista como ativos de capital caros e um complexo e sofisticado sistema financeiro”. O que preocupava Minsky era a relação entre os ativos e passivos no sistema financeiro, e como a transformação dos casamentos entre o pagamento da dívida e a retomada de novos financiamentos, são desestabilizadoras do sistema financeiro, e, conseqüentemente, de todo sistema capitalista. A decisão de investimento capitalista, segundo Deos (1997), é necessariamente uma decisão especulativa em que duas pontas, inerentemente instáveis, são colocadas como parte única de um processo. Um sistema financeiro cada vez mais global, centralizado e poderoso, potencializa sua capacidade desestabilizadora. Essa financeirização, do próprio sistema financeiro e de sua relação com a produção, são bases para que haja uma possível era das crises no capitalismo. O limite do sistema é testado na crise financeira de 2008 e pouco, ou nada, é feito para sua reversão. Daqui em diante esse sistema estará constantemente em crise, caso não haja uma mudança radical.

É preciso considerar que o conceito de crise, necessariamente, supõe um mal funcionamento de um padrão sistêmico. O que se aponta com a tentativa de temporalizar o atual padrão, é que o sistema capitalista desenvolvido que nos trouxe os grandes avanços tecnológicos e progressivos, não funcionará de uma forma eficiente enquanto a financeirização for o padrão sistêmico (Braga, 1990; 1993). As inovações mais contundentes passam a ser financeiras, as comunicações e a internet passam a servir majoritariamente as finanças; o setor produtivo foi financeirizado. Daí o novo padrão

sistêmico, em substituição do antigo. Aprofundando-se se faz necessário frisar que o capitalismo dos dias de hoje não possui exclusividade quanto ao seu fenômeno de financeirização, pois houveram outras épocas em que se exacerbou o caráter financeiro do capital, se tornando o padrão do sistema (Guillén, 2014). Todavia, o capitalismo dos dias atuais se situa muito próximo do seu limite, o que lhe confere um caráter de recrudescimento constante, algo interpretado como de complexa reversão. Em outras épocas a expressão máxima do capital foi confrontada com uma capacidade resiliente do próprio capital em encontrar outras praças e ambientes para sua rentabilização e acumulação, entretanto atualmente sua resiliência passa a ser dentro da macroestrutura financeira. No fim é uma escolha de valorização da riqueza, e esta está cada vez mais financeirizada. Esse movimento expõe o caráter máximo contraditório do sistema, e, portanto, sua capacidade de gerar e reinventar crises.

A crise financeira de 2008 pode ser considerada como a *cornerstone* de uma era financeirizada do capitalismo. Sendo que esse padrão sistêmico de definição, geração e realização da riqueza são bases do para o que chamamos de era das crises. As crises, no plural, serão formas e canais reais da problematização em que a hegemonia financeira impõe ao sistema capitalista e seus agentes. Os impactos nas famílias, empresas e Estado serão, no que toca ao impacto real, as formas de criação e destruição de valor, o que desestrutura os fundamentos da sociedade moderna. Essas crises serão intermitentes e cada vez maiores se ainda existir leniência entre os atores e o capital financeiro.

### **O impacto do capitalismo financeirizado**

Ao analisar os impactos que o novo padrão sistêmico de riqueza impõe a sociedade, deve-se levar em conta o caráter endógeno do fenômeno. Não há espaço, ao juízo desse debate, para uma dicotomia entre Dante e o Unicórnio. Este processo se refere a uma construção lógica e histórica do sistema capitalista e suas diversas faces na relação entre o valor e o trabalho no que tange aos seus próprios interesses. Em absoluto não há o capital bom e o capital mau.

O interesse do agente capitalista em rentabilizar sua riqueza além da produção, é resultado de uma decisão de interesse próprio visando a melhoria de sua posição social e econômica em uma sociedade que chancela esse comportamento. As regras do jogo não estão sendo quebradas, apenas construídas e desenvolvidas o tempo todo. O que será colocado em debate nessa parte do trabalho são pontuais visões a cerca do impacto nos diferentes atores da sociedade moderna em relação a essa “novo” capitalismo.

As famílias no ambiente capitalista podem ser divididas simplesmente entre as que contratam e as que são contratadas. A relação de exploração tem como centro o acúmulo e centralização de mais capital na relação entre o valor e o trabalho. O impacto da hegemonia financeira do capitalismo nas famílias resulta na precarização do trabalho e a desigualdade social inerente ao sistema, apresentada com competência no livro “*Le capital au XXI siècle*” de Piketty (2013) e reforçada no trabalho de

Valada e Pergher (2014). A inflexão da distribuição da renda é uma caracterização marcante do processo de financeirização no seio das famílias. As rendas financeiras crescendo num ritmo maior que as rendas salariais, impactam severamente a relação trabalhista e a distribuição de renda. Segundo Husson (2010) existe uma ilusão do enriquecimento financeiro das famílias promovidas pela aproximação das finanças e do orçamento doméstico, o que não descaracteriza a motivação em se obter uma taxa de lucro maior que a média. A dinâmica imposta pelas diversas formas e praças de rentabilização é que cada vez mais há concorrência na relação de exploração do trabalho essencialmente capitalista. A abertura de um leque de possibilidade para o orçamento familiar se rentabilizar na esfera financeira intensifica a contradição do capital no cerne das famílias. Não precisamos ir muito longe, logo que o Brasil, em 2008, recebeu a chancela do mundo das finanças através das agências de *ratings* que ele seria um bom ambiente de investimento (financeiro, sobretudo), muitas famílias se aventuraram no mercado bursátil mesmo pouco sabendo sobre. Uma estória (ou lenda) resume bem esse conflito: “quando a sua mãe está comprando ações, é hora de vender”. A ilusão existe, mas suas consequências são reais<sup>4</sup>.

Há tempos que é de interesse de pensadores a relação das finanças e da gestão das empresas não financeiras, e para recorte cita-se comumente a análise histórica de Hobson no seu livro “A Evolução do Capitalismo Moderno” (1985). O autor observando os movimentos dos grandes conglomerados industriais e financeiros nos EUA discorreu sobre o comportamento de uma estrutura financeira gerada através do imbricamento entre o setor industrial e bancário. Hilferding fez a mesma análise, do ponto de vista do capitalismo alemão, apesar de partir da dialética de Marx, até a introdução do tema capital financeiro com um livro de mesmo nome, contemporâneo a Hobson. Ambos analisavam o que se sucedia na prática dentro das empresas que afetavam sua forma de gestão. Os autores contemporâneos da financeirização partem do mesmo princípio ao apontarem para as diversas formas espontâneas da hegemonia financeira no orçamento das empresas não financeiras. A relação entre a performance e o valor financeiro das corporações passa a ser a financeirização da relação performática produtiva. O que conta é quanto a ação valerá no final do ano fiscal, pois ela faz parte do ganho monetizado.

Sefarti (1994) enfatiza o caráter de desdobramento do capital na gestão de grandes corporações francesas. “...o capital colocado em movimento parece desdobrar-se: ao lado do capital existente sob a forma de equipamentos produtivos que servem fundamentalmente para o processo de trabalho, existe uma outra forma de capital, comporta por direitos de propriedade e por créditos...” A gestão das empresas aponta para uma financeirização da alocação de seus ativos e suas escolhas, tudo pautado pela relação de rentabilidade e a pressão sob forma de valorização das corporações. No Brasil

---

<sup>4</sup> Para um ponto de vista da financeirização no consumo das famílias, ler : Guttman e Plihon (2008).

é comum as grandes empresas não financeiras se posicionarem fortemente em ativos financeiros, como exemplo tem-se a gestão da Sadia e da Aracruz na crise financeira de 2008. Ao apostarem, como faziam há tempos, em derivativos de câmbio como forma de rentabilizar seu capital, se viram em grandes apuros ao não anteverem os movimentos dos ativos na crise. Essas são formas reais da expressão da financeirização no capitalismo, e como a abertura do leque de opções de praças para a rentabilização de capital escancara seu caráter contraditório.

As inovações financeiras praticadas tanto no setor financeiro, quanto nos serviços prestados para companhias não financeiras, são representantes do caráter financeiro em que as empresas estão inseridas. O aumento das participações acionárias, e os constantes IPOs (*Initial Public Offering*), são ferramentas que implementaram uma nova lógica empresarial. Há basicamente duas razões para as aberturas de capital: i) a captação de recursos externos para financiamento de sua expansão; e, ii) a adequação a uma tendência dos setores de abrir capital para se protegerem das ofertas públicas de aquisições (Plihon, 2004). O caráter de constante movimentação das empresas, devido ao ambiente extremamente concorrencial em que estão inseridas, pressiona a expansão sempre, justificando a ampliação de sua capacidade em se rentabilizar em ambientes para além do produtivo. Esse movimento corrobora com a visão da pressão sobre o valor do acionista na performance dos gestores; fato que tanto Sefarti (1994), quanto os contemporâneos, apontam.

A relação entre o capital e o Estado deixou de ser de leniência e passou a ser de subserviência, Harvey (2003). O capital financeiro não poupa nenhum ator da sociedade capitalista moderna, e o Estado não é diferente. Para além da discussão teórica do Estado, do ponto de vista de um ambiente social de construção republicana e democrática, a instituição Estado, para alguns autores, serve exclusivamente ao capital, mas deveria servir a todos. Segundo Harvey: “*They have to protect themselves in environments that may not recognize or accept their rules and ways of doing business*”, em outras palavras, é apenas interesses de capitalistas sobre os interesses estatais. A partir do momento em que o *business* capitalista está financeirizado, partindo de um novo padrão sistêmico de riqueza, a financeirização do Estado é a mesma dominância de outrora sob aspectos “novos”. O principal canal formal do relacionamento entre as finanças e o Estado passa a ser a gestão da dívida pública. Ampliando-se como mais um canal de valorização do capital, sendo porventura mais vantajoso, ter uma dívida pública do que investir em expansão de ativos produtivos (Tavares, 1972). A proeminência da relação contraditória entre os setores financeiros e produtivos, que sempre esteve presente na lógica capitalista, teve participação direta da introdução da gestão dos Estados capitalista através de suas dívidas. As economias do mundo inteiro possuem dívidas, faz parte de sua dinâmica macroeconômica e gestão das políticas fiscais e monetárias; e ao mesmo tempo que é um canal de aplicação de interesses do Estado é um canal de aprisionamento da lógica do capital financeiro. Palley é um dos autores que compreendendo a lógica de subordinação do Estado ao capital escreveu sobre

o papel do lobby empresarial presente no sistema político e econômico dos EUA. Segundo ele, a financeirização estabeleceu um novo ciclo de negócios baseado em dívidas e foco em valorização de ativos; se antigamente os governos tinham como objetivo a manutenção dos empregos, hoje são os preços dos ativos que atiram toda sua atenção (Palley, 2007).

Um autor belga marxista chamado Mandel (1977) escreveu um artigo sobre a relação do Estado e o capitalismo na teoria marxista, “A Teoria Marxista do Estado”. Apesar de muitos estudiosos declararem que Marx não tratou do Estado em suas obras, Mandel vai além do entendimento e apresenta uma versão lógica para tal. Para o autor o Estado subordinado a uma classe social não é exclusividade do capitalismo financeiro, porém é uma construção galgada na criação da divisão do trabalho e na sociedade de classes, no berço de formação do capitalismo. Nas sociedades primitivas não havia Estado, as leis e direitos eram conquistados individualmente, apenas com a introdução de classes é que o Estado passa a representar uma classe exclusivamente, sendo que para Marx, o Estado serviria a classe burguesa (dominante). Para Mandel a dívida pública é uma forma de dominação de uma classe ao Estado, e na construção de uma sociedade financeirizada, é a classe financeira que hoje subordina o Estado. Entretanto, do ponto de vista defendido, a financeirização alcança todos os extratos sociais que geram e realizam a riqueza, e, portanto, o Estado serviria diretamente a todos esses grupos; a dominação não é de apenas uma classe, mas do capital financeiro em sua totalidade expressa em diferentes atores. O Estado é necessário nesse sistema, pois existe um conflito de interesse interno às classes, e, conseqüentemente, ele serve a classe dominante. Se a dominação econômica e social do capitalismo contemporâneo se dá através da financeirização, por definição pode-se inferir que o Estado também está financeirizado.

### **Considerações finais**

A tentativa de se construir a atual dinâmica do sistema capitalista teve como princípio o entendimento do termo financeirização do ponto de vista de diversos grupos de pesquisadores até então conhecidos. A *mea culpa* de que algum importante expoente no assunto tenha ficado de fora é antecipada, mesmo que no fim do trabalho, por se tratar de um começo de trabalho longo e minucioso sobre o conceito e suas diferentes compreensões. A tipologia é uma forma de se organizar, rasamente, o debate sobre o funcionamento do sistema capitalista, e não uma forma de diminuir esta ou aquela visão, por mais que a posição tenha sido marcada.

A visão estruturalista é entendida por dar um peso maior na decisão dos agentes econômicos do sistema capitalista, do que pela própria dinâmica do capital. Ela avança em pontos importantes, principalmente de caráter empírico, ao analisarem o avanço das finanças sobre os demais setores. O pecado, se há permissão para tanto, se dá na negligência da compreensão do modo de ser capitalista. Por outro lado, a visão política-regulacionista se baseia na formação de um regime de acumulação

financeiro de cunho meramente político. O determinismo dos que compartilham dessa visão é mais latente que nas outras visões, sendo que se acredita que a situação atual é a construção de homens fazendo sua própria história. Se foram homens que fizeram, homens podem desfazer.

Os contemporâneos do conceito sobre financeirização estão, ou por falta de interesse ou por negligência, mais preocupados com o avanço das finanças sobre outros setores do capitalismo. Entretanto estes se afastam da comum visão de separação de setores; para eles é apenas uma questão concorrencial no seio da gestão empresarial. O que impõe complexas questões na determinação dos valores dos ativos e na gestão da riqueza empresarial. Todavia, entende-se, para o exercício tipológico presente, que a visão mais completa é a da lógica-histórica. Os expoentes dessa visão, como Braga, Belluzzo, Tavares, Prado e outros, reconhecem no capitalismo contemporâneo um padrão lógico de rentabilização que passa, necessariamente, por uma estrutura financeira. Não é questão de separação de setores, políticas liberalizantes ou gestão empresarial, o capitalismo tem como lógica a valorização de si mesmo, sem ter que, de preferência, atravessar o “calvário” da produção. O sistema foi construído historicamente para tanto. Em outras palavras é apenas a decisão dos detentores de capital formadores de suas relações econômicas, de valorizar suas riquezas nas mais diversas praças existentes, nem que para isso tenham que negar sua gênese, o trabalho (e a produção).

A era das crises no capitalismo é representada pela hegemonia financeira nas relações dos atores capitalistas; seja expresso no seio das famílias, na gestão empresarial ou na governabilidade dos Estados. Se trata da expressão máxima das contradições desse sistema de forma extremamente complexa e de difícil reversão. Ao apontar para uma era, supõe-se que o padrão econômico dessa sociedade alcançou um patamar “irreversível” no tempo. Sendo a riqueza gerida da forma financeirizada, entende-se que há aberta uma época de crises capitalistas. Os reflexos na convivência social e econômica é objeto de inúmeros trabalhos que corroboram com o apresentado aqui, e possivelmente uma extensão deste. A relação entre o orçamento salarial e financeiro das famílias e suas decisões de alocação; as decisões empresariais que se modificam para além da lógica produtiva, encontrando na lógica financeira uma forma de convivência concorrencial; e o Estado como representação de classes que apenas reflete os interesses dominantes financeirizados, seja através da dívida pública ou das faltas de regras sobre os ambientes institucionais de valorização financeira (regulação), colaboram com o debate.

Para enfim uma provocação além, a questão central posta na mesa é se o capitalismo saberá se reinventar, ou se será superado. Não é suportável do ponto de vista de exploração, desigualdade, instabilidade, incerteza e medo que uma sociedade conviva com um sistema inerentemente criador de crises. Tem-se a saída do capital que de forma construtiva logicamente achará uma definição moderada das relações entre capital e trabalho; ou, enfim, veremos a superação de um sistema que nasceu problemático, apesar de bem-sucedido.

## Referências

- AGLIETTA, M. Macroéconomie financière, Repères, La découverte. 2005.
- ANDERSSON, T. et al. Financialization directing strategy. In: Accounting Forum. Elsevier, 2008. p. 261-275.
- ARRIGHI, G. The long twentieth century: Money, power, and the origins of our times. Verso, 1994.
- BORBA, F. da S.; LONGO, B. de O. Dicionário UNESP do português contemporâneo. Unesp, 2005.
- BOYER, R. Is a finance-led growth regime a viable alternative to Fordism? A preliminary analysis. Economy and society, v. 29, n. 1, p. 111-145, 2000.
- BELLUZZO, L. G. Prefácio à edição brasileira. In: RUBIN, I.I. A teoria marxista do valor. Coleção Teoria e História. Editora Polis. 1987.
- \_\_\_\_\_. O capital e suas metamorfoses. São Paulo: Editora Universidade, 2013.
- BRAGA, J. C. de S. Temporalidade da riqueza – Uma contribuição à teoria da dinâmica capitalista. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. 1985.
- \_\_\_\_\_. A “financeirização” do capitalismo desenvolvido. Economia pág. B2, Caderno de Economia. Folha de São Paulo. 22 de julho de 1990.
- \_\_\_\_\_. A financeirização da riqueza. Economia e sociedade, v. 2, p. 25-58, 1993.
- \_\_\_\_\_. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, p. 195-242, 1997.
- CARNEIRO, R. M. et al. The Fourth Dimension: Derivatives and Financial Dominance. REVIEW OF RADICAL POLITICAL ECONOMICS, v. 47, n. 4, p. 641-662, 2015.
- CHESNAIS, F. et al. A nova economia: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. Uma nova fase do capitalismo, p. 43-70, 2003.
- CHESNAIS, F. et al. La finance mondialisée. Racines sociales et politiques, configuration, conséquences, 2004.
- COUTINHO, L.; BELLUZZO, L. G. Financeirização da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. Economia e Sociedade, v. 7, n. 2, p. 11, 1998.
- CUNHA, A.G. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Lexikon. 2010.
- DEOS, S. S. de. A hipótese da instabilidade financeira de Minsky: uma apresentação. Versão levemente modificada do capítulo de mestrado da autora: “A Hipótese de Instabilidade Financeira de Minsky numa Economia de Mercado de Capitais”. 1997.
- EPSTEIN, G. A. (Ed.). Financialization and the world economy. Edward Elgar Publishing, 2005.

- FROUD, J. et al. Shareholder value and financialization: consultancy promises, management moves. *Economy and Society*, v. 29, n. 1, p. 80-110, 2000.
- GUILLÉN, A. Financialization and financial profit. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 34, nº3 (136), pp. 451-470, July-September/2014.
- GUTTMANN, R. As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, F. A mundialização financeira: gênese, custo e apostas. *Economia e Política*. Instituto Piaget. 1994.
- GUTTMANN, R.; PLIHON, D. Consumer Debt and Financial Fragility. (IREA) V3. 2008.
- HARVEY, D. The new imperialism. OUP Oxford, 2003.
- \_\_\_\_\_ Os limites do capital. Boitempo editorial. 2013.
- HILFERDING, R. O Capital Financeiro. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo. Nova Cultural, 1985.
- HOBSON, J. A. A Evolução do capitalismo moderno um estudo da produção mecanizada. Nova Cultural, 1985.
- HUSSON, M. Finanças, hiperconcorrência e reprodução do capital. In CHESNAIS, F. (Org.). A finança capitalista. São Paulo: Alameda editorial, 2010
- KRIPPNER, G. What is financialization?. University of California, Los Angeles, 2004.
- MANDEL, E. Teoria Marxista do Estado, trad. de M. Reis, Lisboa, Edições Antídoto, 1977.
- MARX, K. O capital: livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- \_\_\_\_\_ O capital: livro terceiro. Volume IV. Nova Cultural, 1988.
- MINSKY, H. A hipótese da instabilidade financeira. Oikos. 1992.
- NESVETAILOVA, A. Money and finance in a globalized economy. In: PALAN, Ronen (Ed.). *Global political economy: contemporary theories*. Routledge, 2013.
- ORLÉAN, A. L'individu, le marché et l'opinion: réflexions sur le capitalisme financier. *Esprit* (1940-), p. 51-75, 2000.
- PALLEY, T. I. Financialization: what it is and why it matters. The Levy Economics Institute Working Paper Collection. Working Paper No. 525. 2007.
- PIKETTY, T. Le capital au XXIe siècle. Seuil, 2013.
- PLIHON, D. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. In: CHESNAIS, F. A mundialização financeira: gênese, custo e apostas. *Economia e Política*. Instituto Piaget. 1994.
- \_\_\_\_\_ Les grandes entreprises fragilisées par la finance. In: CHESNAIS, F. (Coord.), *La finance mondialisée: racines sociales et politiques, configuration, conséquences*. Paris: La Découverte. 2004.



PRADO, E. Exame crítico da teoria da financeirização. Blog na internet: <http://eleuterioprado.wordpress.com>. 2005.

SEFARTI, C. O papel activo dos grupos de dominante industrial na financeirização da economia. In: CHESNAIS, F. A mundialização financeira: gênese, custo e apostas. Economia e Política. Instituto Piaget. 1994.

STOCKHAMMER, E. Financialization. In: TOPOROWSKI, Jan; MICHELL, Jo (Ed.). Handbook of critical issues in finance. Edward Elgar Publishing, 2012.

TAVARES, M. da C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. Biblioteca de ciências sociais. Economia Biblioteca de ciências sociais (Zahar Editores), 1972.

TAVARES, M. da C.; BELLUZZO, L. G. Uma Reflexão Sobre a Natureza da Inflação Contemporânea. Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

VALADA, F.; PERGHER, N. O processo de financeirização e a precarização do trabalho: a teoria de Marx do valor-trabalho. II encontro internacional Teoria do Valor Trabalho e Ciências Sociais – Anais. 2014.